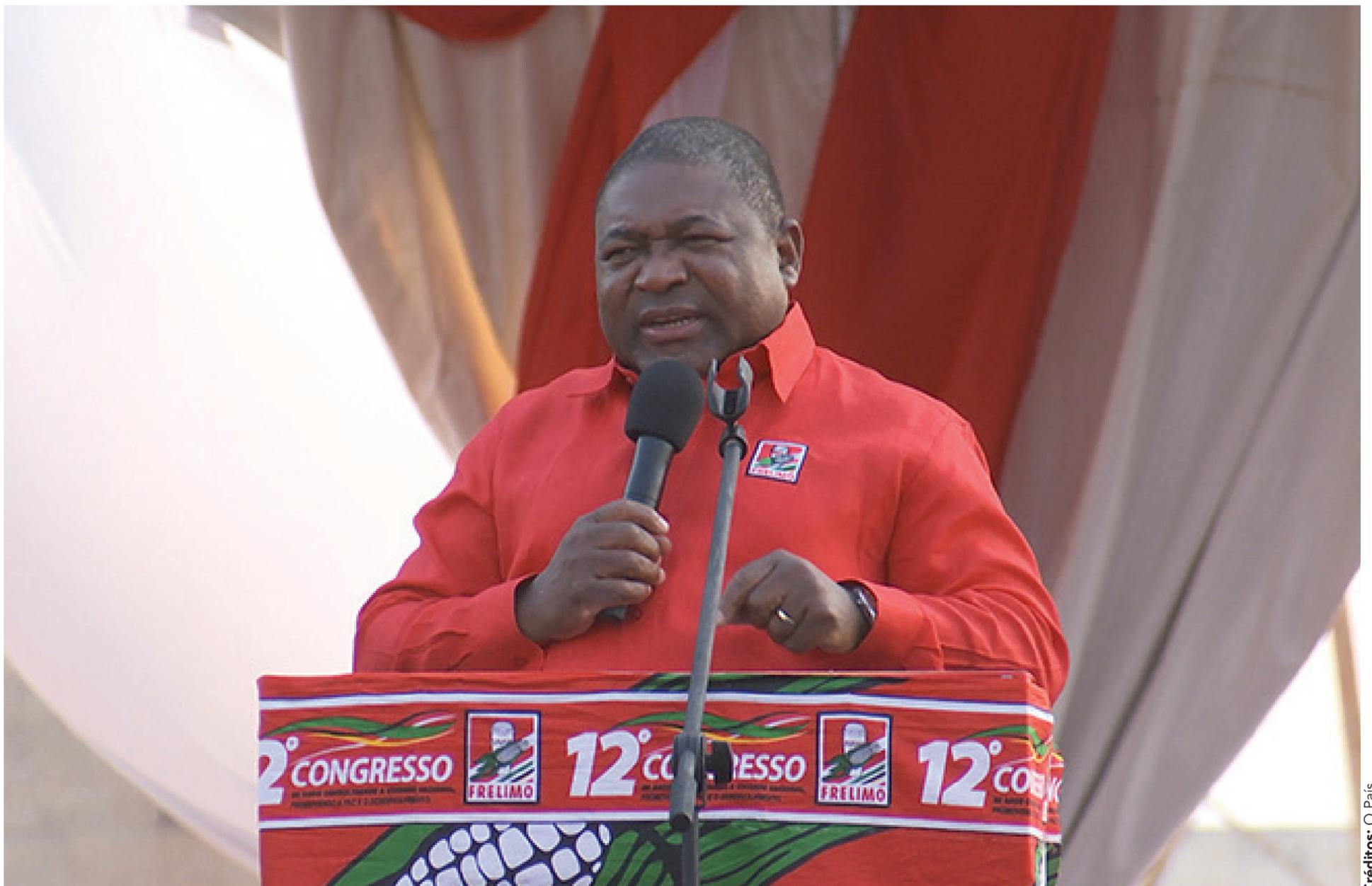


Tal como aconteceu com Guebuza, vitória de Nyusi no XII Congresso não é carta-branca para indicar o seu sucessor

- Em Setembro de 2012, Armando Guebuza era reeleito Presidente da Frelimo com 98,7% dos votos. Além da legitimidade revolucionária (combateu pela Independência e é um nacionalista da primeira linha), Guebuza foi ao Congresso de Muxara, em Pemba, com a aura de "líder visionário e guia incontestável". Mesmo assim, o candidato único à sua sucessão não arrecadou 100% dos votos dos congressistas. Pelo menos 23 delegados votaram em branco, dos cerca de 1.900 que foram chamados às urnas. Um aviso de que o "guia" era contestável.



Filipe Paúnde, à época homem de mão de Guebuza, foi reconduzido para o cargo de Secretário-geral do Partido com 94% dos votos. As análises que eram feitas a partir de Muxara indicavam que o então Presidente do Partido tinha saído do X Congresso politicamente reforçado, pois tinha conseguido montar o Comité Central e a Comissão Política à sua imagem. Controlando os principais órgãos de gestão da Frelimo, acreditava-se que Guebuza tinha poder suficiente para ensaiar um terceiro mandato na Presidência da República ou, no mínimo, influenciar a escolha do seu sucessor.

Nem uma e nem outra coisa. Como se viu, a escolha foi Filipe Nyusi, que tem em Alberto Chipande a sua sombra tutelar. Uma vez no poder, Nyusi vai demarcar-se de Guebuza, e “solta” a justiça para “investigar” o seu papel no escândalo financeiro das “dívidas ocultas”. Guebuza interpreta a “investigação” como perseguição política, sobretudo quando viu seu filho (Ndambi Guebuza) e seus antigos colaboradores a serem recolhidos para a cadeia e julgados em directo. Durante o XII Congresso, Guebuza manteve-se no silêncio...um silêncio que comunica o seu ressentimento.

Não foi por acaso que Joaquim Chissano, naquele seu estilo diplomático, apelou à reconciliação dentro e fora da Frelimo. O Presidente honorário da Frelimo está ciente das hostilidades entre os seus sucessores, por isso insistiu na necessidade de reconciliação para aproximar as partes. “Devemos nos reconciliar. Se queremos combater o tribalismo devemos nos reconciliar para podermos falar com confiança uns com os outros”, defendeu Chissano, no terceiro dia do XII Congresso.

Uma década depois do Congresso de Muxara, a história repete-se na Matola. Filipe Nyusi é reeleito Presidente da Frelimo com 100% dos votos. Ou seja, os mais de mil delegados que foram às urnas votaram no único candidato. Não houve votos em branco, uma estratégia bem montada para passar a mensagem de que Nyusi é líder incontestável. Ele que chegou à liderança do Partido sem o mítico passado de combatente da luta de libertação nacional, e cuja governação nos últimos anos está longe de encantar um cidadão de diligência média. Por isso torna-se difícil acreditar na narrativa de unanimidade dos delegados ao XII Congresso, mesmo reconhecendo os efeitos do autoritarismo que marca a gestão de Nyusi. Um autoritarismo que teve na repreensão pública contra Castigo Langa o seu mais recente registo.

Até Chissano, um cultor da moderação, fez questão de ironizar a votação, afirmando que ele nunca tinha conseguido uma eleição com 100% dos votos. “Disseram-me que foram mais de 1.300 pessoas que votaram aqui. Mas isso se multiplica por tantos militantes que estão nas bases. São eles que fizeram os 100%”, atirou o Presidente honorário da Frelimo,



Créditos: O País

mo, num tom sarcástico. A eleição com 100% dos votos pode ser uma narrativa construída para reforçar a legitimidade política de Filipe Nyusi dentro do Partido, numa altura em que faltam menos de dois anos para o debate sobre a sucessão - escolha do candidato às presidenciais de 2024.

Para não eclipsar a votação a 100% do Presidente do Partido, a equipa responsável pelo escrutínio fixou a eleição de Roque Silva para Secretário-geral em 98.4% dos votos. Tal como aconteceu com Guebuza em Muxara há uma década, na Matola Nyusi estava a arrumar os órgãos de gestão do partido à sua imagem. Primeiro fez passar a proposta de aumento dos membros do Comité Central de 230 para 250, uma estratégia que visava incluir no órgão pessoas da sua confiança.

A lista inclui vários nomes de figuras próximas do actual Presidente do Partido e da República, além do filho (Jacinto Nyusi) e seis membros do Governo, nomeadamente Adriano Maleiane (Primeiro-ministro), Ernesto Max Tonela (Economia e Finanças), Helena Mateus Kida (Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos), Ana Comoana (Administração Estatal e Função Pública) Josefina Mpelo (Combatentes) e Eldevina Materula (Cultura e Turismo).

Mas as mudanças notáveis foram operadas na Comissão Política, o órgão gestor do Partido no intervalo entre as reuniões do Comité Central. Nyusi conseguiu introduzir naquele órgão o seu “superministro” Celso Correia, que dirige a pasta de Agricultura e Desenvolvimento Rural. Nas últimas semanas que antecederam o XII Congresso, Filipe Nyusi e Celso Correia reapareceram juntos em um périplo pelas províncias, depois de largos meses em que não eram vistos lado a lado. Além de reforçar a propaganda do programa SUSTENTA através de inauguração de

unidades agro-industriais, as visitas serviram para influenciar e até condicionar as escolhas locais de membros do Comité Central e dos primeiros secretários da Frelimo nas províncias.

A entrada do “superministro” de Nyusi para a Comissão Política reforça a sua influência política dentro do Governo: Na verdade, Celso Correia passa a ser o Primeiro-ministro de facto – sua velha ambição, com poderes para controlar a máquina governativa. Por isso, a sua entrada para aquele órgão partidário reflecte igualmente uma engenharia financeira que visa o controlo total dos recursos financeiros do Estado. Uma vez na Comissão Política, e com o controlo garantido do dinheiro público, Celso Correia perfila-se como presidente em 2024. Aliás, Nyusi vê no seu “superministro” a pessoa que lhe pode proteger politicamente depois de deixar a Presidência da República.

Se Celso Correia destaca-se na lista dos novos ingressos na Comissão Política, Raimundo Pachinuapa é figura de cartaz das saídas. Destacado veterano da luta de libertação nacional, Pachinuapa é um “dinossauro” da Frelimo que parecia ter um lugar cativo na Comissão Política. Tem uma actuação meio discreta, mas historicamente é um dos políticos mais influentes da etnia Makonde, a mesma do general Chipande e do Presidente Filipe Nyusi. Sua saída da Comissão Política pode ser lida como uma cisão dentro dos Makondes, a etnia que actualmente detêm o controlo político e económico de Moçambique.

Na verdade, a fragmentação na “família Makonde” começou a notar-se em 2014, quando Pachinuapa não endossou a candidatura de Filipe Nyusi a candidato da Frelimo às eleições presidenciais. Nyusi foi aposta de Chipande, o general que perfilava na linha sucessória do Partido como substituto natu-

ral de Guebuza. Já em 2018, a família Pachinuapa posicionou-se ao lado de Samora Machel Jr, quando o filho do primeiro Presidente de Moçambique foi ostracizado e processado disciplinarmente pela direcção da Frelimo por se ter juntado a uma lista de uma associação cívica para concorrer a edil da Cidade de Maputo.

O apoio a Samito Machel era natural, tendo em conta as fortes relações de afinidade entre as famílias Pachinuapa e Machel. Basta lembrar que foi pela mão da família Pachinuapa que Samito Machel foi indicado PCA da Montepuez Ruby Mining (MRM), empresa onde o general na reserva detém 25% das acções, através da Mwiriti Lda. Implantada em Montepuez há 11 anos, a MRM explora uma das maiores concessões de rubis do mundo e é controlada pela britânica Gemfields, com 75%. Além da MRM, Pachinuapa detém outras licenças de exploração de rubis em Cabo Delgado, mas a sua saída da Comissão Política deverá traduzir-se na redução do seu poder político e, inevitavelmente, do controlo dos seus interesses económicos.

Outro nome de peso que sai da Comissão Política é Eduardo Mulémbuè. Foi o primeiro a dirigir um Parlamento saído de uma eleição multipartidária em 1994 e só deixou a liderança do poder legislativo em 2010, depois de três legislaturas. A experiência de gestão política do órgão representativo de todos os moçambicanos fez nascer uma ambição pela Presidência da República. Nas eleições internas de 2014 (onde Nyusi onde eleito), o político mais sonante do Niassa ainda tentou uma candidatura a candidato da Frelimo, mas não teve apoio suficiente para avançar. Aires Ali, que em 2014 perdeu na primeira volta da eleição do candidato da Frelimo, passa a ser o único membro da Comissão Política oriundo do Niassa.

Ainda na lista das saídas da Comissão Política, destaca-se Basílio Monteiro, membro da PRM desde 1977 e antigo Ministro do Interior. Natural da Zambézia e actualmente a servir como Secretário-geral do Conselho Nacional de Defesa e Segurança (CNDS), Basílio Monteiro era um dos nomes cotados para a sucessão na Frelimo, numa altura em que o poder político deverá “descer” para o centro de Moçambique, a região mais populosa. Entrou para a Comissão Política em 2017 (XI Congresso) e a sua saída prematura pode significar o fim do sonho de chegar à liderança do Partido.

Outro político da região centro que viu as suas ambições de concorrer a candidato da Frelimo ameaçadas é Sérgio Pantie, actual Chefe da bancada maioritária na Assembleia da República. Pantie sai da Comissão Política depois de cumprir dois mandatos (10 anos). Carlos Agostinho do Rosário, antigo Primeiro-ministro de Filipe Nyusi, também não conseguiu renovar o seu mandato naquele órgão. A lista inclui Ana Rita Sithole e Conceita Sortane, esta última que deixa a Comissão Política depois de cumprir vários mandatos.

Na lista de entradas, há a destacar, além de Celso Correia, os nomes de Damião José, um ferrenho “frelimista” da Zambézia moldado na era de Guebuza e que desempenhou as funções de porta-voz do Partido. Francisco Mucanheia, um deputado moderado e em franca ascensão, entra para a Comissão Política para reforçar a presença de Nampula naquele órgão. Da lista de mulheres, entram para a Comissão Política a actual Presidente da Assembleia da República, Esperança Bias, e a Presidente da Autoridade Tributária, Amélia Muendane.

Mas a entrada de peso na Comissão Política é de Fernando Faustino, Secretário-geral

da Associação dos Combatentes da Luta de Libertação Nacional (ACLLN), a mais relevante organização social da Frelimo. Fernando Faustino será a voz dos combatentes na Comissão Política e a única esperança para contrabalançar as vontades de Nyusi naquele órgão. Apesar de liderar a ACLLN há mais de uma década, Fernando Faustino entra para a Comissão Política pela primeira vez e numa altura em que também sonha em ascender à liderança da Frelimo.

É um homem com convicções próprias e sem receios de expor publicamente o que pensa. Em 2014, quando a então Comissão Política tinha proposto três nomes (Filipe Nyusi, José Pacheco e Alberto Vaquina) para pré-candidatos, foi a ACLLN que reclamou abertura, permitindo a entrada para a corrida de Luísa Diogo (que forçou Nyusi à segunda volta) e Aires Ali. Em Agosto último, discordou publicamente de Alberto Chipande sobre a presença de tribalismo nas instituições públicas. Fernando Faustino é marido da Carmelita Namashulua, a Ministra da Educação que sobreviveu ao escândalo dos livros escolares.

Tal como sucedeu com Guebuza em 2014, Filipe Nyusi pode não conseguir impor as suas vontades em 2024, quando iniciar a luta pela sucessão. O silêncio dos “bons” na Matola, a aparente unanimidade no pensar, as saudações e a eleição com 100% dos votos do Camarada Presidente, e tudo mais que lembra os regimes totalitários, pode ter sido uma estratégia dos delegados para evitar mais “Castigos Langas”. Mas em 2024, quando chegar o momento da escolha do sucessor de Nyusi, não haverá repreensões suficientes para silenciar o pensamento alternativo. O XII Congresso pode ter sido à imagem de Nyusi, mas isso não significa carta-branca para indicar o seu sucessor. Que o diga Guebuza...



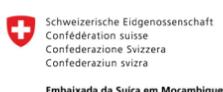
INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: Emídio Beúla
Autor: Emídio Beúla
Equipa Técnica: Emídio Beúla, Dimas Sinoa, Américo Maluana
Layout: CDD

Contacto:
 Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
 Telefone: +258 21 085 797

Twitter: CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: http://www.cddmoz.org

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO



Embaixada da Suíça em Moçambique

